

OS INSTITUTOS FEDERAIS NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE: uma análise interseccional

*Letícia Mossate Jobim*¹

Instituto Federal Farroupilha (IFFar)
<http://orcid.org/0000-0002-5089-8037>

*Márcia Alves da Silva*²

Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
<http://orcid.org/0000-0002-4727-2623>

RESUMO:

Este artigo apresenta algumas reflexões das autoras, que são pesquisadoras e docentes que desenvolvem estudos e pesquisas sobre a participação das mulheres no mundo do trabalho, especialmente no Brasil. Esta escrita tem como objetivo realizar uma análise do perfil dos/das estudantes dos Institutos Federais brasileiros numa perspectiva interseccional, incorporando no debate dados sobre raça, classe e gênero, nas modalidades presenciais e a distância. Para isso, foram utilizados os dados da plataforma Nilo Peçanha (dados do ano de 2019). Sobre os referenciais teóricos adotados, o conceito de interseccionalidade permeia o texto, aliado a contribuição de referenciais que compõe o campo dos estudos feministas e dos estudos sobre o mundo do trabalho. No que se refere aos aspectos metodológicos, foram utilizadas abordagens tanto quantitativas como qualitativas, considerando-as em suas complementaridades. O resultado do processo de análise dos dados demonstrou que, apesar do equilíbrio nas matrículas de estudantes homens e mulheres nos IFs, prevalece a divisão sexual em determinadas áreas de conhecimento. Em relação à raça, as matrículas de estudantes de cor preta e parda predominam em quase todas as regiões do país, exceto na região Sul. Entretanto, quando se incorpora na análise o marcador de classe social, as famílias que possuem maior renda são as brancas, e as menores rendas são das famílias pretas. São esses últimos também, que possuem menos acesso aos salários mais altos. Assim, é possível concluir que a divisão sexual do trabalho se mantém na realidade brasileira, apesar do visível aumento da incorporação das mulheres, tanto como estudantes do ensino técnico como trabalhadoras no mundo do trabalho. Dessa forma, a perspectiva interseccional permitiu verificar que, em conjunto com o gênero, funciona outros marcadores sociais, como classe social e raça.

Palavras-chave: Educação profissional. Interseccionalidade. Gênero. Raça. Classe social.

¹ Doutoranda em Educação (PPGE-UFPel). Professora do Instituto Federal Farroupilha (IFFar). Grupo de Pesquisa D'Generus: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero (UFPel). Brasil. E-mail leticia.jobim@iffarroupilha.edu.br

² Pós-Doutora em Educação (PUC RS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPel). Grupo de Pesquisa D'Generus: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero (UFPel). Brasil. E-mail profa.marciaalves@gmail.com

THE FEDERAL INSTITUTES FROM A GENDER, RACE AND CLASS PERSPECTIVE: an intersectional analysis

ABSTRACT:

This article presents some reflections by the authors, who are researchers and teachers who develop studies and research about the participation of women in the world of work, especially in Brazil. This writing aims to analyze the profile of students from Brazilian Federal Institutes from an intersectional perspective, incorporating data about race, class and gender into the debate, in face-to-face and distance modes. For this, were used data from the Nilo Peçanha platform (data from the year 2019) were used. Regarding the theoretical references adopted, the concept of intersectionality permeates the text, combined with the contribution of references that make up the field of feminist studies and studies on the world of work. About regard to methodological aspects, both quantitative and qualitative approaches were used, considering them in their complementarities. The result of the data analysis process showed that, despite the balance in the enrollment of male and female students in the IFs, the sexual division prevails in certain areas of knowledge. Regarding race, enrollments of black and brown skin students predominate in almost all regions of the country, except for the South region. However, when the social class marker is incorporated into the analysis, the families with the highest income are white, and the lowest incomes are for black families. It is also the latter who have less access to higher wages. Thus, it is possible to conclude that the sexual division of labor remains in the Brazilian reality, despite the visible increase in the incorporation of women, both as students of technical education and workers in the world of work. In this way, the intersectional perspective made it possible to verify that, together with gender, other social markers, such as social class and race, work.

Keywords: Professional education. Intersectionality. Gender. Race. Social class.

LOS INSTITUTOS FEDERALES DESDE UNA PERSPECTIVA DE GÉNERO, RAZA Y CLASE: un análisis interseccional

RESUMEN:

Este artículo presenta algunas reflexiones de las autoras, que son investigadoras y docentes que desarrollan estudios e investigaciones sobre la participación de la mujer en el mundo del trabajo, especialmente en Brasil. Este escrito tiene como objetivo analizar el perfil de los estudiantes de los Institutos Federales brasileños desde una perspectiva interseccional, incorporando datos sobre raza, clase y género en el debate, en las modalidades presencial y a distancia. Para ello, se utilizaron datos de la plataforma Nilo Peçanha (datos del año 2019). En cuanto a los referentes teóricos adoptados, el concepto de interseccionalidad impregna el texto, combinado con el aporte de referentes que componen el campo de los estudios feministas y de los estudios sobre el mundo del trabajo. En cuanto a los aspectos metodológicos, se utilizaron enfoques tanto cuantitativos como cualitativos, considerándolos en sus complementariedades. El resultado del proceso de análisis de datos mostró que, a pesar del equilibrio en la matrícula de alumnos y alumnas de las IFs, la división sexual prevalece en ciertas áreas del conocimiento. En cuanto a la raza, predominan las matrículas de estudiantes negros y pardos en casi todas las regiones del país, excepto en la región Sur. Sin embargo, cuando se incorpora el marcador de clase social en el análisis, las familias con los ingresos más altos son las blancas y los ingresos más bajos son para las familias negras. También son estos últimos los que tienen menos acceso a salarios más altos. Así, es posible concluir que la división sexual del trabajo permanece en la realidad brasileña, a pesar del visible aumento en la incorporación de mujeres, tanto como estudiantes de enseñanza técnica como trabajadoras en el mundo del trabajo. De esta forma, la perspectiva interseccional permitió verificar que, junto al género, funcionan otros marcadores sociales, como la clase social y la raza.

Palabras clave: Educación profesional. Interseccionalidad. Género. Raza. Clase social.

Introdução

Para pensar a educação profissional na contemporaneidade, consideramos imprescindível atentar para os marcadores de raça, gênero e classe, tendo em vista que por muito tempo ela foi destinada aos ‘desvalidos da sorte’, ou seja, aos pobres, aos órfãos, à população negra e indígena, visando a estes, a capacitação para o trabalho braçal em detrimento do intelectual (COAN; AZEVEDO, 2013). Apesar das inúmeras tentativas de desvinculá-la dessa concepção dualista de trabalho braçal versus trabalho intelectual, a prática da escravidão no Brasil reforçou o ideário do trabalho manual como sendo sinônimo de trabalho escravo (CUNHA, 2000).

Sabemos que, ao longo do processo histórico de construção do modo capitalista de produção, se estabeleceu uma separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, gozando este último de maior prestígio. O trabalho manual passa a ser exercido pela classe trabalhadora e com baixa escolaridade. Esse processo foi fruto da industrialização, no qual as atividades produtivas passam a serem executadas de forma muito mais mecânicas, fruto do processo de automatização da produção, implementada pela produção em massa. Em um de seus livros, Sennett faz uma crítica ao processo produtivo industrial, estabelecendo comparações com outros períodos históricos. Na obra *O Artífice* (2012), Sennet compara o trabalhador da grande indústria com o artesão da Idade Média, mostrando que naquela época os trabalhadores possuíam mais conhecimentos de sua produção, pois a manualidade conferia às pessoas saberes sobre todo o processo produtivo, e não apenas de parte dele. Na sociedade moderna industrial, ao contrário, a classe trabalhadora perde saberes e conhecimentos, pois desconhece todos os aspectos e etapas da produção. Dessa forma, a industrialização em massa, processo produtivo típico do sistema capitalista, separa a ação concreta do pensamento sobre a ação, fragilizando, assim, toda a classe trabalhadora. Como dito acima, a escravidão aprofunda, da forma mais cruel e violenta possível, essa perspectiva.

Silveira (2007) traz para a discussão o conceito de fetichismo, que emprega a mercadoria de valor, criando uma ilusão de que o produto possui um valor por si só. No entanto, esse fetichismo esconde a humanidade que está presente nessa produção, coisificando as pessoas, transformando-as, elas mesmas, em coisas. Esse processo de coisificação, denominado pelos/as pensadores/as marxistas de reificação “separa as pessoas de sua própria atividade: nosso trabalho e, por extensão, nossa ação no mundo nos parecem constantemente dominados por leis alheias, as leis de circulação das coisas no mercado” (p.71).

No que se refere a pensarmos criticamente o ensino profissionalizante, é importante que tenhamos em mente o processo histórico que se constituiu nos alicerces de construção desse tipo de ensino no Brasil. Ao refletir sobre como os marcadores de raça e gênero operam na sociedade, Saffioti (1987) conclui que são os negros que estão nas ocupações menos prestigiadas e mais mal remuneradas; também são eles que apresentam os menores índices de escolaridade. E, no que se refere à discriminação, a mulher negra está em última posição. Para a autora, são os preconceitos de sexo e de raça que desde sempre favoreceram a maior exploração por parte dos empregadores, fazendo com que a classe trabalhadora adquirisse uma constituição heterogênea, formada por pessoas com diferentes graus de qualificação, inserida de distintas maneiras no sistema produtivo e com salários muito desiguais (SAFFIOTI, 1987).

Tendo em vista essas reflexões, consideramos importante realizar um levantamento de dados no sistema educacional, mais especificamente na rede de educação profissional, por ser esta a responsável por formar mão de obra para o mundo do trabalho. Analisá-la numa perspectiva interseccional permitirá uma melhor compreensão sobre a composição da classe trabalhadora brasileira e a quem a educação profissionalizante vem sendo destinada.

Como afirma Collins,

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica aponta para várias dimensões importantes do crescimento da desigualdade global. Primeiro, a desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas de cor, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documento e grupos indígenas. Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo (COLLINS, 2020, p.35).

A mesma autora também ressalta que a interseccionalidade permite-nos compreender as desigualdades sociais não apenas pelos marcadores de raça ou classe, mas também entendê-la a partir das interações entre as várias categorias de poder. Deste modo, analisar a educação profissional sob as lentes da interseccionalidade nos permitirá enxergar mais nitidamente como os marcadores sociais de raça, gênero e classe se interseccionam no campo educacional e afetam diferentemente homens e mulheres.

Para isso, realizamos uma busca na plataforma Nilo Peçanha³, onde é possível coletar dados estatísticos oficiais sobre a Rede Federal de Educação Profissional Científica e

³ Conforme a descrição da mesma trata-se de um ambiente virtual de validação e disseminação das estatísticas oficiais sobre a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT), e que são monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da educação (SETEC/MEC). (<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>.)

Tecnológica (RFEPCT). Nela, coletamos os dados de classificação racial, renda familiar, sexo e faixa etária dos/das estudantes, número de matrículas masculinas e femininas de acordo com os tipos de curso e eixos tecnológicos.

Sobre o referencial metodológico adotado, usamos abordagens quali-quantitativas, pois compreendemos a importância desses dois métodos de pesquisa, que podem ser utilizados em conjunto com o intuito de qualificar a análise empreendida. Nas palavras de Gatti (2004, p. 13),

[...] ambas as abordagens podem ser consideradas complementares muito mais do que antagônicas, visto que os métodos [...] que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas educacionais. Mais ainda, a combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas pode vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos, processos. As duas abordagens demandam, no entanto, o esforço de reflexão do pesquisador para dar sentido ao material levantado e analisado.

Nessa perspectiva, selecionamos somente os Institutos Federais (IFs), nas duas modalidades - presencial e a distância - fazendo um comparativo entre as diferentes regiões do Brasil. Não foram selecionados os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), o Colégio Dom Pedro II, nem Universidade Tecnológica Federal (UTV), devido a esses possuírem uma organização acadêmica diferenciada dos IFs.

É importante atentar que os percentuais foram feitos somente a partir do número de declarações, pois em grande parte das matrículas não há declarações de raça nem de renda. Primeiramente, analisamos os percentuais de raça em todo o Brasil, e depois, as regiões, separadamente. Para melhor visualização dessas informações, as organizamos em forma de tabelas. Posteriormente, criamos outras tabelas com as informações de renda por região, e, por fim, as matrículas por sexo e idade, também apresentadas na forma de tabelas, seguidas pelos tipos de cursos e pelos eixos tecnológicos. Em relação a renda familiar, consideramos apenas o menor e o maior percentual recebido.

Não foi possível obter dados acerca do cruzamento das informações entre raça e sexo, pois, nas opções de consulta essas informações não estão acessíveis.

Matrículas nos Institutos Federais segundo a cor/raça

Na Tabela 1, a seguir, é possível visualizar as diferentes populações pelo recorte racial presentes nos Institutos Federais das diferentes regiões do Brasil.

Tabela 1: Matrículas presentes nos Institutos Federais das diferentes regiões do Brasil - 2019 (recorte por raça)

Regiões	Raças					Declara- dos	Não declarados	Total de matrículas
	Amarela	Indígena	Preta	Parda	Branca			
Brasil	1,44%	0,1%	10,97%	49,13%	37,75%	74,01%	25,99%	949.831
Centro-Oeste	1,92%	0,58%	11,82%	53,59%	32,10%	74,35%	25,65%	96.074
Nordeste	1,21%	0,71%	12,25%	62,94%	22,89%	76,04%	23,96%	312.994
Norte	1,54%	2,46%	9,86%	70,71%	15,44%	77,27%	22,73%	96.928
Sudeste	1,81%	0,34%	11,75%	38,87%	47,23%	75,86%	24,14%	233.103
Sul	1,05%	0,33%	8,02%	28,05%	65,51%	67,28%	32,72%	210.732

Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>

Ao analisarmos os resultados, percebemos que o maior número de matrículas nos IFs está concentrado na região Nordeste. Depois, vem a Sudeste, seguida da Sul, Norte, e por último, a Centro-Oeste. Outro dado observável é que a população predominante nos Institutos Federais em nível de Brasil, é de pretos e pardos, com uma representação de 60,01%; depois, vem a população branca com 37,75%, e, por último, uma pequena parcela de amarelos e indígenas que somadas, representam apenas 1,54% das matrículas.

O que também chama a atenção é que, diferentemente de outras esferas educativas, a população parda e preta é predominante em todas as regiões, exceto na região Sul, porém essa é a região com maior número de não declarados. Na região Centro-Oeste, a preta e a parda representam 65,41% das matrículas; na região Nordeste os dois grupos representam 75,19%. Na região Norte a porcentagem de pretos e pardos ainda é maior, somando um total de 80,57%. Na região Sudeste pretos e pardos somam 50,62%. Essa tabela só muda consideravelmente na região Sul, onde predomina 65,51% da população branca e 36,07% de pretos e pardos.

Percebemos que esses dados podem ser interpretados de maneiras distintas. Uma das formas de análises possíveis nos mostra que, se considerarmos a afirmação de Pacheco (s.d., p.13) de que “o que está posto para os Institutos Federais é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais [...]”, a ocupação desses espaços pela população parda e preta poderia significar um rompimento das lógicas opressoras que sempre negaram educação a esses grupos.

Outro modo possível de interpretação é que esses dados podem ser apenas o reflexo das nossas raízes escravocratas, que usava a população negra como fonte de exploração de mão de obra, e que isso vem tendo continuidade desde então. Ou ainda, a reprodução da finalidade inicial das primeiras legislações da educação profissional, que possuía um caráter assistencialista e discriminatório.

Por isso a importância de refletirmos profundamente sobre o papel da educação profissional, sobre os interesses que ela vem atendendo e quais as oportunidades reais de transformação da realidade que vem oferecendo às classes trabalhadoras.

Com esse intuito, a fim de aprofundar essa análise, foi feito um levantamento sobre a renda familiar das pessoas que ingressam na educação profissional, pois esse dado nos aproxima das realidades econômicas das famílias, possibilitando que se consiga abordar as classes sociais dos estudantes.

Conhecendo a renda familiar dos estudantes dos Institutos Federais

Considera-se de suma importância a informação sobre a renda familiar na análise dos dados de perfil dos estudantes dos Institutos Federais. Sabemos da distribuição desigual de renda no Brasil, condição historicamente construída em um país marcado por processos de dominação colonialista e de forte cunho racista. Essa desigualdade também ocorre no público atendido pelos IFs no país.

Para que possamos entender melhor o público que analisamos neste texto, apresentamos na Tabela 2 os dados sobre renda familiar a nível de Brasil e a nível de suas regiões.

Tabela 2: Renda familiar per capita dos estudantes dos IFs de todo o Brasil

Declaração de cor	0<RFP=0,5	RFP>3,5
Amarela- 1,44%	27,27%	7,26%
Branca- 37,75%	22,09%	9,63%
Indígena- 0,1%	40,23%	1,90%
Parda- 49,13%	35,41%	5,51%
Preta- 10,97%	34,78%	4,47%

*Declaração de renda: 57,01 declarados e 42,99 não declarados

Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>

Sobre a renda familiar destas populações, em todo o país verifica-se que são os indígenas, os pretos e pardos - nesta ordem - que aparecem com menores rendas. E também nesta mesma ordem, são estes os que possuem menos acesso às rendas mais altas. Já a população branca, entre todas é o grupo que aparece com a maior renda.

Na região Centro-Oeste (Tabela 3) também se repetem esses mesmos dados: indígenas, pretos e pardos possuem a menor renda, enquanto brancos e amarelos aparecem com a maior renda.

Tabela 3: Renda familiar per capita dos estudantes dos IFs da Região

Centro-Oeste

Declaração de cor	0<RFP=0,5	RFP>3,5
Amarela- 1,92%	18,60%	10,38%
Branca- 32,10%	16,74%	13,44%
Indígena- 0,58%	36,52%	6,09%
Parda- 53,59%	22,43%	7,75%
Preta- 11,82%	24,63%	7,80%

*Declaração de renda: 56,32% declarados e 43,68% não declarados
Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>

Já na região Nordeste (Tabela 4), observa-se uma pequena alteração, pois são os pardos que recebem os menores salários, seguidos dos pretos, amarelos, brancos e por último, os indígenas. Entretanto, são os indígenas e pretos com menos acesso às maiores rendas, e a branca e a parda com mais acesso a estas.

Tabela 4: Renda familiar per capita dos estudantes dos IFs da Região Nordeste

Declaração de cor	0<RFP=0,5	RFP>3,5
Amarela 1,21 %	46,47%	2,06%
Branca 22,89 %	46,01%	3,70%
Indígena 0,71 %	43,50%	1,18%
Parda 62,94 %	48,92%	3,68%
Preta 12,25 %	46,97%	1,95%

Declaração de renda: 53,520% declarados e 46,480 % não declarados
Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>

Na região Norte (Tabela 5), mais uma vez são os indígenas, pardos e pretos (nessa ordem), que recebem os menores salários. O que muda em relação à região Nordeste é que depois da população branca, quem recebe os maiores salários são os amarelos.

Tabela 5: Renda familiar per capita dos estudantes dos IFs da Região Norte

Declaração de cor	0<RFP=0,5	RFP>3,5
Amarela- 1,54%	22,27%	6,98%
Branca- 15,44 %	22,39%	13,75%
Indígena- 2,46 %	43,61%	0,66%
Parda-70,71%	32,12%	5,09%
Preta- 9,86%	28,84%	5,05%

* Declaração de renda: 53,036 % declarados e 46,964 % não declarados
Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>

Na região Sudeste (Tabela 6) as menores rendas prevalecem com os indígenas, pretos e pardos, respectivamente. A única alteração é que, após esses, vêm os brancos e depois, os amarelos. Os maiores salários continuam com os brancos, seguidos dos amarelos, e, apesar do

percentual mínimo de indígenas, são os pretos que possuem menos acesso aos maiores salários. Esse dado pode ser um indicativo do agravamento do racismo nesta região.

Tabela 6: Renda familiar per capita dos estudantes dos IFs da Região Sudeste

Declaração de cor	0<RFP=0,5	RFP>3,5
Amarela- 1,81%	23,87%	8,69%
Branca- 47,23%	21,79%	9,91%
Indígena-0,34 %	33,90%	6,05%
Parda- 38,87%	30,66%	6,92%
Preta- 11,75%	33,23%	5,66%

*Declaração de renda: 58,50% declarados e 41,50% não declarados

Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>

Na região Sul (Tabela 7), onde há um predomínio da população branca, as menores rendas são respectivamente da população indígena, seguida da preta, parda, branca e amarela. Novamente a população branca é quem recebe os maiores salários, seguida da amarela, parda, preta e indígena.

Tabela 7: Renda familiar per capita dos estudantes dos IFs da Região Sul

Declaração de cor	0<RFP=0,5	RFP>3,5
Amarela- 1,05%	16,41%	9,78%
Branca- 65,51%	12,71%	10,87%
Indígena- 0,33%	28,72%	2,82%
Parda-28,05%	18,15%	7,11%
Preta- 8,02%	23,33%	4,92%

* Declaração de renda: 62,70% declarados e 37,30% não declarados

Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>

Os dados levantados demonstram que o público que mais acessa a educação profissional continua sendo a população de baixa renda, e essa população tem cor: são as pessoas pretas, pardas e indígenas. São as pessoas pretas que recebem os menores salários e também são eles que possuem menos acesso aos maiores salários. Esse fato pode ser uma consequência do *colorismo*, pois, conforme Devulski (2021), devido ao racismo estrutural existente no Brasil, a negritude interfere na distribuição de poder; ou seja, quanto menos retinta for a pessoa negra, mais ‘vantagens’ e ‘benefícios’ lhe são concedidos pelas brancas.

Já sobre a população branca, os dados mostram que é quem recebe os maiores salários, mesmo nas regiões onde as pessoas brancas são minoria, os maiores salários pertencem a elas.

Consideramos a questão etária como outro marcador social importante. Dessa forma, foi possível realizarmos um levantamento sobre sexo e faixa etária, o qual apresentamos na sequência.

Problematizando gênero e idade nos Institutos Federais

Sabemos que o ensino tecnológico atende um determinado perfil de estudante e que esta modalidade está muito relacionada com o mundo do trabalho. Dessa forma, consideramos relevante trazeremos à tona dados que façam o devido entrelaçamento dos marcadores sexo e faixa etária. As tabelas 8 até 13 apresentam dados que podem auxiliar no entendimento dessa relação, tanto a nível de Brasil como em suas regiões. Apresentaremos as mesmas na sequência, para analisá-las logo em seguida em conjunto.

Tabela 8: Dados sobre sexo e faixa etária dos estudantes dos IFs - Brasil

Sexo	Menor de 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 ou mais	Total
Fem	0,4%	17,2%	11,8%	6,6%	4,7%	3,6%	2,4%	1,5%	0,9%	0,5%	0,3%	49,9%
Masc	0,3%	17,3%	13,4%	6,9%	4,7%	3,3%	1,9%	1,1%	0,7%	0,4%	0,3%	50,3%

Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>

Tabela 9: Dados sobre sexo e faixa etária dos estudantes dos IFs - Região Centro-Oeste

Sexo	Menor de 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	Maior de 60 anos	Total
Fem	0,1%	16,7%	10,8%	6,8%	5,1%	4,3%	3,0%	1,8%	1,1%	0,5%	0,3%	50,5%
Masc	0,1%	17,2%	12,0%	6,7%	4,8%	3,6%	2,3%	1,4%	0,8%	0,4%	0,3%	49,06%

Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>

Tabela 10: Dados sobre sexo e faixa etária dos estudantes dos IFs - Região Nordeste

Sexo	Menor de 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	Maior de 60 anos	Total
Fem	0,6%	18,5%	12,6%	5,8%	3,8%	2,7%	1,6%	0,9%	0,6%	0,3%	0,3%	47,7%
Masc	0,4%	18,6%	15,04%	6,9%	4,6%	2,9%	1,6%	0,9%	0,5%	0,3%	0,2%	51,94%

Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>

Tabela 11: Dados sobre sexo e faixa etária dos estudantes dos IFs - Região Norte

Sexo	Menor de 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	Maior de 60 anos	Total
Fem	0,1%	20,9%	11,9%	6,7%	4,6%	3,6%	2,2%	1,2%	0,6%	0,2%	0,1%	52,01%
Masc	0,1%	19,4%	11,9%	6,1%	4,0%	2,8%	1,6%	1,0%	0,5%	0,2%	0,1%	47,7%

Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>

Tabela 12: Dados sobre sexo e faixa etária dos estudantes dos IFs - Região Sudeste

Sexo	Menor de 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	Maior de 60 anos	Total
Fem	0,5%	17,7%	11,3%	6,1%	4,4%	3,6%	2,5%	1,6%	1,0%	0,6%	0,4%	49,70%
Mascul	0,6%	18,1%	13,6%	6,6%	4,2%	2,9%	1,8%	1,1%	0,7%	0,4%	0,3%	50,3%

Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>

Tabela 13: Dados sobre sexo e faixa etária dos estudantes dos IFs - Região Sul

Sexo	Menor de 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	Maior de 60 anos	Total
Fem	0,6%	17,2%	11,6%	6,5%	4,6%	3,6%	2,3%	1,4%	0,9%	0,5%	0,3%	49,50%
Mascul	0,7%	17,5%	13,4%	6,9%	4,6%	3,2%	1,9%	1,1%	0,7%	0,4%	0,3%	50,7%

Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>

A partir da análise dos dados apresentados nas tabelas 8 a 13, foi possível observar que, exceto nas regiões Norte e Centro Oeste, ainda há uma predominância masculina nos IFs, porém essa diferença é muito tênue entre homens e mulheres, pois em nenhuma região apareceu um desequilíbrio discrepante. Sobre esse aspecto, Biroli (2018) destaca que nas últimas décadas do século XX houve um aumento significativo das mulheres brasileiras à educação e ao trabalho remunerado: “Entre 1970 e o início do século seguinte, o percentual de mulheres economicamente ativas passou de 18,5% para cerca de 55%, tendo alcançado um teto de 59% em 2005” (p.18). Também houve um aumento no acesso à escolarização, sendo elas que apresentam mais tempo de educação formal, e são maioria entre as matrículas no ensino superior. Mas, apesar disso, são elas que recebem os menores salários e, a profissionalização não garantiu acesso igualitário às diferentes ocupações (BIROLI, 2018).

Leone (2017) também salienta que, especialmente a partir da década de 60 no Brasil, houveram importantes transformações demográficas, como a queda de fecundidade. Enquanto em 1970 o nível de fecundidade das brasileiras era de 5,8 filhos por mulher, em 2010 o número de filhos passou a ser de 1,8. Como sabemos que a família patriarcal mantém muitas de suas características, sendo uma delas o fato de caber às mulheres o trabalho doméstico e o cuidado com as crianças⁴, podemos afirmar que a queda no nível de fecundidade é um fator que contribuiu para o ingresso das mulheres no mundo do trabalho.

⁴ Sobre esse tema vale a pena acessar a plataforma da Sempreviva Organização Feminista (SOF), que implementa diversas pesquisas sobre o tema. Inclusive na pandemia de Covid-19 a SOF realizou pesquisa sobre as mulheres

Outro fator destacado pela autora se refere a ampliação das políticas sociais para as mulheres, ocorridos nas últimas décadas. Embora seja necessário se admitir o grande retrocesso que vivemos no país desde 2016, houveram políticas públicas importantes que chegaram a apresentar resultados positivos para as mulheres, como o Programa Bolsa Família (criado em 2003), o Programa Brasil sem Miséria (criado em 2011). Este último atuou em três principais frentes: garantia de renda, acesso à serviços e inclusão produtiva (tendo o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC – como exemplo). Assim, “a redução do crescimento demográfico e as políticas sociais inclusivas interagem com o aumento da participação feminina na força de trabalho” (LEONE, 2017, p.16).

Sobre a divisão sexual do trabalho nos diferentes níveis de ensino e áreas de conhecimento

Devido à relevância dos dados apresentados acima, considerou-se importante estreitar ainda mais as lentes a fim de verificar em quais os cursos predominam homens e mulheres. Para isso realizamos uma consulta nas matrículas de todo o Brasil onde constatamos que os homens são maioria somente nos Cursos Técnicos, Bacharelados e Tecnologias. Nos demais, inclusive nas Pós-Graduações, as mulheres predominam, como pode ser observado na Tabela 14.

Apesar das mulheres serem maioria inclusive nas pós-graduações, é pertinente trazer aqui a análise realizada por Abreu *et al* (2016) sobre o relatório brasileiro do projeto internacional de Avaliação Nacional de Gênero, Ciência, Tecnologia e Inovação: Programa para a Igualdade de Gênero e Sociedade do Conhecimento⁵. Nessa análise, as autoras afirmam que as áreas de predominância nas atividades econômicas das mulheres continuam sendo aquelas ligadas à reprodução social - atenção e cuidados - e muito inferior, nas áreas de criação e inovação; elas estão majoritariamente em setores ligados com educação, saúde e serviços de um modo geral (ibidem, p.153). Outra constatação das autoras, é que mesmo as mulheres sendo maioria na área educacional, possuem dificuldades de acessarem os postos mais altos, como por exemplo, as reitorias das universidades. Das 58 universidades federais pesquisadas (no ano de 2010), havia apenas 13,8 % de mulheres no cargo. Também elas são minorias entre os professores titulares, mesmo nas disciplinas com forte presença feminina.

no mundo do trabalho neste período. <<https://www.sof.org.br/acesse-pesquisa-trabalho-e-vida-mulheres-brasileiras-pandemia/>>

⁵ O objetivo deste relatório é “analisar os fatores, as políticas e os atores de diferentes sistemas nacionais de ciência e tecnologia que afetam a participação feminina na sociedade do conhecimento”.

Nos cargos de direção e assessoramento superior (DAS), elas ocupam 43% nas esferas federal e estadual, mas concentram-se nos níveis de menor hierarquia. Nos níveis 5 e 6 destes cargos, que são os de mais alta ordem, representam apenas 26% (ibidem, p.154).

Tabela 14: Matrículas masculinas e femininas de acordo com os tipos de curso

Tipo de curso	Nº de matrículas	Masculino	Feminino
Ensino médio	86	32	54
Técnico	450.569	233.712	216.857
Bacharelado	91.701	58.706	32.995
Qualif. prof. (FIC)	181.526	69.714	111.812
Licenciatura	95.385	45.317	50.068
Especialização	39.974	15.306	24.688
Mestrado	1512	742	770
Mestrado profis.	4964	2317	2647
Doutorado	145	62	83
Doutorado profis.	14	7	7
Tecnologia	83.955	51.388	32.567

Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>

O que se percebe a partir desses dados é que as relações patriarcais apenas estenderam-se para além da esfera-doméstico familiar invadindo os espaços de formação e o mundo do trabalho. Conforme Biroli (2018),

[...] a posição de desvantagem das mulheres atualiza-se, assim, nos novos padrões de organização do trabalho no capitalismo. Uma análise como essa encontra possibilidades de diálogo com a abordagem histórica de Sylvia Walby, que, segundo ela mesma, amplia análises sistêmicas anteriores [...] A visão de Walby é de que a opressão das mulheres permaneceu, porém transformada. “Elas não são mais barradas das arenas públicas, mas são ainda assim subordinadas nessas arenas”; a expropriação de seu trabalho se daria agora de forma mais coletiva do que individual, e a casa, que continuaria a ser um espaço de opressão, já não seria o principal lugar em que transcorre a vida das mulheres. No “patriarcado público”, Estado e mercado de trabalho passariam a ser as dimensões em que as coerções se organizam e se institucionalizam. Novas formas de inclusão seriam acompanhadas de formas também renovadas de opressão e controle (p.25-26).

Frente a essas reflexões, voltou-se à plataforma a fim de comparar o número de matrículas entre os dois sexos nos diferentes eixos tecnológicos, e, a conclusão foi a mesma, conforme pode ser observado na Tabela 15.

Nos Institutos Federais é notória a presença feminina em eixos considerados tradicionalmente femininos, como por exemplo, Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Desenvolvimento Educacional e Social, Propedêutica dentre outras.

Tabela 15: Matrículas masculinas e femininas nos IFs de acordo com os Eixos Tecnológicos

Eixos tecnológicos	Nº de matrículas Sexo Masculino	Nº de matrículas Sexo Feminino
Ambiente e Saúde	20.303	37.635
Produção Alimentícia	10.675	20.762
Controle e Processo Industrial	96.546	28.042
Desenv. Educ. e Social	92.516	142.108
Gestão e Negócios	46.553	71.699
Inform. e Comunicação	92.761	49.614
Infraestrutura	30.156	24.471
Produção Cultural e Design	6.784	10.431
Produção Industrial	13.733	17.274
Recursos Naturais	51.423	46.551
Segurança	8.113	9.558
Turismo, Hospitalidade e Lazer	7.708	14.329
Propedêutica	32	54

Fonte: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br>

Silva (2013), a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), constatou que as mulheres têm menos participação no mercado de trabalho e são mais acometidas pelo desemprego do que os homens. No entanto, enquanto nessa comparação as mulheres brancas possuem taxa de desemprego mais de 70% maiores do que os homens brancos, as mulheres negras possuem taxa de desemprego maiores que 130% quando comparadas também aos homens brancos. Outro dado destacado pela autora é de que “*as mulheres negras estão sobrerrepresentadas no trabalho doméstico – são 57,6% dos trabalhadores nesta posição – e têm a menor presença em posições mais protegidas, como o emprego com carteira assinada*” (p.121).

Dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)⁶ permitem salientar aspectos importantes no que se refere as desigualdades de gênero e os diferentes grupos ocupacionais no emprego assalariado formal. Leone (2017), a partir da análise de dados das RAIS de 2004 e 2013, chega a conclusão que

A comparação dos rendimentos médios de homens e mulheres, considerando o nível de escolaridade, evidencia, em primeiro lugar, que, qualquer que seja o nível de escolaridade, os rendimentos médios masculinos são sempre superiores aos femininos; e, em segundo lugar, que, no nível superior de escolaridade, as diferenças de rendimento são ainda maiores que nas ocupações que exigem apenas o nível fundamental ou médio de escolaridade, mesmo quando a presença feminina é predominante exatamente nas ocupações que exigem nível superior de escolaridade. No nível superior de

⁶ A Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - é um importante instrumento de coleta de dados sobre o trabalho, instituída e mantida pelo Ministério do Trabalho e Previdência do Brasil. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>.

escolaridade, o rendimento médio dos homens em 2013 superava em 69% o rendimento médio das mulheres. (LEONE, 2017, p.35).

Todavia, é importante ressaltar que “a divisão sexual do trabalho incide sobre mulheres e homens em conjunto com sua posição de classe e com o racismo estrutural” (BIROLI, 2018, p.19). Segundo ela, são as mulheres negras que estão nas ocupações mais precarizadas (39%); depois vem os homens negros (31,6%), seguidos das mulheres brancas (27%); por último, estão os homens brancos (20,6%). A autora destaca ainda, que a divisão sexual não apresenta um mesmo padrão na história. Ela se modifica conforme a posição de classe e raça de homens e mulheres.

Sobre isso, Davis (2016) explica que diferentemente das mulheres brancas, as mulheres negras trabalharam desde sempre fora de casa, exercendo ocasionalmente os papéis de mães e esposas. Eram consideradas aptas tanto para o trabalho braçal quanto para o doméstico. Suas existências foram marcadas pelo trabalho compulsório, pela precarização e pela subalternidade, impostas inclusive por mulheres brancas. Deste modo, os papéis de gênero socialmente atribuídos a homens e mulheres não procedem quando se trata de pessoas negras.

No entanto, interessante destacar argumentações levantadas por Kergoat, pesquisadora francesa que há várias décadas estuda a divisão sexual do trabalho. Para ela, as ocupações de cuidado (*care*) são as que melhor demonstram a coexistência das relações de gênero, raça e classe, pois explicitam diferenças de classe entre as próprias mulheres, onde a raça está presente nessa dinâmica. Assim,

[...] as três relações são inseparáveis e não somente se reforçam, mas se co-produzem mutuamente: a relação de classe reforçada pelos processos de naturalização, de racialização e de “generização” do trabalho de *care*; a racialização, à qual os empregos domésticos estão particularmente sujeitos, reforça e legitima a precarização (e, portanto, as relações de classe) e a ‘generização’ [...]. (KERGOAT, 2010, p.103).

Publicação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil em 2010, denominada *Igualdade de Gênero e Raça no Trabalho: avanços e desafios*, mostra que os dados sobre a inserção das mulheres e pessoas negras no mercado de trabalho apresentam relações entre si, pois revelam que o marcador de gênero possui maior impacto sobre os índices referentes ao acesso e a permanência no trabalho, no entanto, os determinantes de raça incidem sobre elementos referentes ao perfil do emprego, no caso informal. Nesse sentido, as mulheres negras, situadas na intersecção desses determinantes, permanecem sendo duplamente desfavorecidas nos diversos âmbitos que compõem sua condição de trabalhadora. Pensamos que esse debate deva ser implementado nos ambientes do ensino profissionalizante.

Considerações finais

Os dados apresentados neste artigo demonstram que mesmo com os avanços ocorridos na educação profissional, em específico nos Institutos Federais, estes ainda apresentam fortes indícios de estarem constituídos pela divisão sexual do trabalho, pelo racismo e pelo predomínio das relações patriarcais; também são neles onde estão concentradas as classes menos abastadas. Todavia, devido a sua composição racial, de gênero e classe ser diferenciada de outros espaços educativos, podem esses, tornarem-se um importante *lócus* de conscientização, empoderamento e articulação desses grupos, rumo às transformações sociais mais igualitárias, tanto no campo da educação e do trabalho, bem como das relações raciais e de gênero.

Pelos motivos aqui apresentados, evidencia-se o quão é importante olharmos para a educação sob a ótica da interseccionalidade, entrecruzando as categorias de gênero, classe e raça, para que essas não sejam concebidas separadamente; caso contrário, estaremos contribuindo na manutenção de um discurso hegemônico, universalizante, branco e masculinizado também na educação profissional.

Lembramos aqui da referência que Collins e Bilge (2020) fizeram à necessidade da educação para a consciência crítica proposta por Paulo Freire, pois esta, além de auxiliar as pessoas oprimidas a reconhecerem as desigualdades sociais e interseccionais e seu lugar dentro delas, promove o empoderamento pessoal e coletivo: “Quando é associada à aquisição de competências comercializáveis para se sobreviver dentro dos sistemas de desigualdade social, a educação para a consciência crítica posiciona melhor os grupos oprimidos para desafiar suas experiências de desigualdade social” (COLLINS; BILGE; 2020, p.240).

Dessa forma, é por uma educação crítica que clamamos, pois apenas ela pode ser capaz de alterar as profundas desigualdades que ainda marcam o mundo do trabalho brasileiro. cremos que uma educação crítica e de cunho popular pode ser uma importante ferramenta de transformação social, inclusive em cursos profissionalizantes, haja vista a necessidade de problematizarmos o mundo do trabalho contemporâneo. Foi possível constatarmos que no ensino técnico se concentram um número considerável de mulheres, de pessoas não-brancas e de classes sociais mais baixas, constituindo, desse modo, um grupo de estudantes em vulnerabilidade social. Esse contexto pede que seus docentes tenham uma formação social crítica, que ultrapasse o conhecimento técnico de suas áreas específicas de formação, mas para isso é necessária uma consciência crítica sobre o próprio processo de acumulação capitalista e sua relação com a formação de mão-de-obra.

Referências

ABREU, 2012; OLIVEIRA, Vieira; MARCONDES, 2011; ABREU *et. al.*, 2014: **Equidade de gênero na sociedade do conhecimento no Brasil**: presença feminina na ciência e tecnologia. Document de Travail du Mage, v.18, 2014, (p. 93-120).

ABREU, Alice R.; OLIVEIRA, Maria C. F. A; VIEIRA Joice M; MARCONDES, Glauca. **Presença feminina em ciência e tecnologia**. In: Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. (Orgs.) São Paulo: Boitempo: 2016 (p.149-160).

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: Os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Ed. Boitempo, 2018.

COAN, Marival; Azevedo, Luiz A. **O ensino profissional no Brasil: atender “os pobres e desvalidos da sorte” e incluí-los na sociedade de classes**: uma ideologia que perpassa os séculos XX E XXI. Revista Trabalho Necessário www.uff.br/trabalhonecessario. ano 11, n.º 16, 2013.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma: **Interseccionalidade** . Tradução Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Flacso, 2000.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Coleção Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

GATTI, Bernardete A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004. p. 11-30.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 86, 2010. p.93-103.

LEONE, Eugenia Troncoso. Os impactos do crescimento econômico com inclusão social na participação das mulheres no mercado de trabalho. In: LEONE, Eugenia T.; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane O. (Orgs.). **Mundo do trabalho das mulheres**: ampliar direitos e promover a igualdade. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres / Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesit. 2017. p. 13-37.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Igualdade de gênero e raça no trabalho**: avanços e desafios. Brasília: OIT, 2010.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais**: Uma Revolução Na Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf. Acesso em: 28 jul. 2021.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SENNETT, Richard. **O Artífice**. Rio de Janeiro: Editora Record. 2012.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: MARCONDES, Mariana; et al. (orgs). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. p. 109-131.

SILVEIRA, Maria Lúcia. A mercantilização do corpo e da vida das mulheres: alinhando reflexões. In: SILVEIRA, Maria Lúcia; FREITAS, Taís Viudes de (orgs.). **Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado**. São Paulo: SOF, 2007. p. 67-91.

Recebido em: 23 de abril de 2022.

Publicado em: 30 de maio de 2022.